

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Reforma Agrária: na lei ou na marra? Representações do jornal *Folha de S. Paulo***

Cristiane Rodrigues Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo faz uma abordagem, a partir da análise de editoriais e artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, sobre as representações desse periódico a respeito da proposta de reforma agrária desempenhada por João Goulart.

A análise atenta-se às disputas e lutas que caracterizam a produção por uma representação, considerando a imprensa um dos lugares de construção de sentidos sobre uma determinada realidade. De uma forma ou de outra, a *Folha* divulgou representações que reforçavam os valores e concepções de determinados grupos. Sendo assim, é primordial observar, no período abordado, esses campos de tensões, no qual certos grupos estão inseridos, na busca por imporem suas visões sobre a realidade.

**Palavras-chave:** imprensa, reforma agrária, representação

**Abstract:** The present article makes a boarding, from the analysis of editorials and articles published in the periodical *Folha de S. Paulo*, on the representations of this periodic one regarding the proposal of agrarian reform discharged by João Goulart. The analysis intent to disputes and fights that characterize the production for a representation, considering the press one of the places of construction meaning in the determined reality. Somehou or another one, *Folha* divulged representations that strengthened the values and conceptions of determined groups. Being thus, it is primordial to observe, in the boarded period, these fields of strains, in which certain groups are inserted, in the search for imposing its vienapoints about on the reality.

**Keywords:** the press, agrarian reform, representation

O jornal *Folha de S. Paulo* no decorrer da sua trajetória política, principalmente a partir dos anos 1950 propagava nas suas páginas a política da neutralidade. A defesa dessa

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Essa pesquisa vem sendo desenvolvida sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Rodrigues Paranhos com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

política foi procurada como prova de limpidez democrática. (MOTTA e CAPELATO, 1980). Na análise das matérias veiculadas pela *Folha* sobre o programa de Reforma Agrária, percebe-se que essa política de imparcialidade continuou sendo difundida pelo jornal.

Ora, bem se sabe que tanto na imprensa, quanto em qualquer outro veículo de comunicação, existe certa dificuldade em executar - na prática - tal política, querendo ou não, defendem interesses e projetos daqueles grupos que se relacionam ou a mantém, uma vez que os jornais são instrumentos de interesses e de intervenção na vida social. Outro ponto a ser observado é que os meios de comunicação mudam, sempre que lhes convém, o seu posicionamento político – ora apoiando partidos de direita, ora os de esquerda – e com base nele afirmam assumir o papel de orientadores de ideais políticos.

Diante de tais constatações, torna-se incoerente aceitar a noção de que o jornal, tal como se considerou a *Folha de S. Paulo*, seja mero transmissor, neutro e imparcial, dos acontecimentos. Ao contrário, ele agrega um conjunto de indicadores políticos, econômicos e ideológicos, define papéis sociais e interage com a sociedade por meio de múltiplos discursos. Dessa forma, as reflexões que se seguem tem como pressuposto essas questões.

No decorrer do seu governo, principalmente após o restabelecimento do presidencialismo através de um referendo popular, João Goulart apresentou várias propostas para implementação das reformas de base. O carro chefe dessas reformas foi a reforma agrária. No discurso proferido na ocasião do 15º Aniversário da Constituição, o presidente fez um esboço do que seria a política do seu governo, citando ao longo dele a necessidade de se implantar reformas em vários âmbitos:

*Não estarei dizendo novidade, entretanto, ao afirmar que a crise política, ainda há pouco superada, deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social que se debate no país, e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros pra o combate sem tréguas às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-la, se amarga na preterição dos seus problemas essenciais. Estou certo de que o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o dos abusos do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas, regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas do maior alcance social, que ainda figuram no texto da carta Magna como meras conquistas sem efetividade prática. De modo, enfim, que o povo sinta que, ao defender o regime democrático, defende em verdade seus próprios interesses, que são os superiores interesses do país. (Goulart reafirma fidelidade ao regime parlamentarista e faz apelo pró-paz mundial, Folha de S. Paulo, 19 set. 1961, p. 5)*

Essa proposta de Goulart a respeito das reformas de base, num primeiro momento, pareceu viável ao jornal, não houve críticas, pelo contrário, ao comentar sobre esse discurso a *Folha* se mostrou entusiasmada com tal projeto, pois poderia possibilitar um avanço em todos os sentidos e, sobretudo, no âmbito econômico. Essa postura se evidencia no editorial *O realismo agrário do gabinete* no qual o periódico apontou algumas considerações a respeito do programa de reforma agrária, afirmando que o projeto estava calcado em bases amplas e realistas, visto que procurou no plano esboçado obter o máximo de justiça social na agricultura, sem dano à produtividade e sem modificações constitucionais.

*Ao declarar que o problema da reforma da estrutura agrária não pode circunscrever-se ao parcelamento da terra já em mãos de particulares do governo não fica numa frase: procura apontar saídas paralelas e complementares, como a abertura de novas fronteiras agrícolas num país de grande parte ainda por colonizar e que não pode continuar a depredar “o oeste”, a utilização das terras públicas, a progressiva pressão fiscal contra a terra mal aproveitada, a melhoria dos índices de atenção às diferenciações regionais, à melhoria em geral das reações e condições do trabalho rural et. Todo o esboço de um programa orgânico de reforma agrária se contem na primeira fala do governo parlamentar republicano. (O realismo agrário do gabinete, Folha de S. Paulo, 3 out. 1961. p. 4)*

Apesar de reconhecer que esse projeto de Reforma Agrária poderia melhorar a produção agrícola e as condições de trabalho no campo, através da utilização de terras públicas, de intensiva fiscalização com o intuito de diminuir as terras mal aproveitadas, o jornal fez algumas ressalvas ao discutir sobre a questão da desapropriação de terras particulares, ou seja, na visão do periódico, o presidente ao encarar esse problema, deveria levar em consideração a justiça social e a produtividade no campo, para que não se fizesse nenhuma mudança que destoasse dos limites constitucionais:

*De qualquer forma, o governo pretende elaborar a reforma agrária dentro dos limites constitucionais vigentes, que se interpretarão no Congresso e no Judiciário. E nesse terreno, há muita coisa a fazer. Que se deixe para uma segunda etapa, quando houver mais experiência colhida, a hipótese de um reexame da Constituição, que venha a facilitar a luta contra a má exploração do solo e a melhoria do poder aquisitivo e do bem-estar dos lavradores em geral. É um caminho ao mesmo tempo prudente e progressista, que, trilhado com segurança e habilidade, poderá abrir novos horizontes a tão maltratada agricultura brasileira. (O realismo agrário do gabinete, Folha de S. Paulo, 3 out. 1961. p. 4)*

Até esse momento, o posicionamento do jornal *Folha de S. Paulo* não foi contrário a política de Reforma Agrária do governo, no entanto, apelou para que não fosse executada nenhuma medida de âmbito mais profundo (o jornal se referia a mudança de regimentos da constituição), mas que fossem tomadas decisões e executadas as ações com cautela, até ser

adquirida uma experiência que permitisse a execução de tal reforma de maneira mais profunda. Observa-se que enquanto as discussões sobre as reformas sugeriam pequenas mudanças, o jornal não se empenhou numa política contrária. Posteriormente, em outras matérias, os comentários se tornaram mais tensos, deixando transparecer a sua postura contrária a um projeto mais amplo.

Em meio a essas discussões sobre a implementação das reformas de base, João Goulart reivindicou a reforma constitucional, basicamente a alteração do Art. 141 que previa a indenização justa e prévia em dinheiro para as desapropriações de terra pelo governo. Esse preceito inviabilizava a realização de uma Reforma Agrária de maneira mais abrangente e efetiva, devido aos altos recursos que precisariam ser despendidos. (TOLEDO, 2004: 30-31).

A *Folha* criticou essa argumentação de Goulart afirmando que tudo isso não passava de tentativas para iludir o povo de que a Carta Magna vigente naquele momento era inoperante, ultrapassada e um instrumento nas mãos dos reacionários que não desejavam o progresso do país. Nas palavras do jornal, a argumentação de Goulart era absolutamente falsa, uma vez que a Constituição não impedia que se votasse a Reforma Agrária e as demais reformas urgentes e necessárias. Nesse sentido, aquele governo pretendia tumultuar e confundir o povo com objetivos que nem de longe se identificavam com as verdadeiras aspirações do país.

O fato é que no regime em que fora empossado – o parlamentarismo - João Goulart tivera seus poderes restringidos, afinal, um dos motivos de sua implantação foi reduzir os riscos de implementação de políticas contrárias aos interesses de grupos conservadores. O parlamentarismo, apesar de realmente não impedir que se votassem as reformas, excluía a possibilidade de um programa abrangente de reformas políticas e sociais, como era exigido por grupos nacionalistas e de esquerda. (CHEIBUB, 1993, 53) A própria *Folha de S. Paulo* defendeu a mudança do regime devido à convicção de que João Goulart teria os seus poderes restringidos.

Esse periódico preocupou-se em defender as mudanças de maneira gradativa e, acima de tudo, uma experiência prévia antes de ser tomada qualquer decisão mais concreta. No caso da Reforma Agrária, a argumentação do jornal era de que deveria ser realizada de acordo com os limites impostos no texto da emenda parlamentarista, ou seja, de forma menos abrangente.

Após despender diversas páginas sobre esse programa de governo, principalmente a partir da possibilidade de se alterar a Constituição, as reportagens do jornal ganharam novas tonalidades, ou seja, acentuou as suas críticas ao projeto sobre essas reformas a começar da

expressão “reformas de base”, segundo a *Folha* isso não passava de demagogia das reformas de profundidade ou estruturais, que estavam se transformando em chavões de tantas vezes que fora repetida:

*Na boca das altas autoridades da República, dão a impressão de um biombo, atrás da qual elas procuram ocultar sua incapacidade de resolver os problemas nacionais, inclusive os mais miúdos e imediatos. A custa do incessante martelar na necessidade de reformas de base, o governo parece pretender inculcar na opinião pública a convicção de que elas constituem a fórmula mágica pela qual se resolverão todas as dificuldades. Três ou quatro leis que consubstanciem as ‘reformas fundamentais’ – meia dúzia, que sejam – e pronto!, o país se terá transformado no paraíso terrestre. Faça-se a reforma agrária; regulamente-se a remessa de lucros para o exterior: aprove-se a lei anti-truste – e nossos problemas se evaporarão, parece querer dizer a propaganda oficial. (A demagogia das reformas. Folha de S. Paulo, 7 nov. 1961, p. 4)*

O primordial naquele momento era restabelecer no país a austeridade administrativa, o planejamento a curto e longo prazo, para assim superar a fase difícil pela qual passava o país. Afinal, para o periódico, a luta do governo em prol das reformas de base não havia passado da fase das belas palavras. Tal como o ex-presidente Jânio Quadros que passou todo o seu governo encampando essa bandeira e, no entanto, assinalou um único projeto, o governo de Tancredo Neves e de João Goulart não havia tomado nenhuma medida efetiva para concretização das faladas reformas.

Nas palavras do jornal, o melhor a fazer seria os homens públicos desempenharem ação e não palavras. A nação carecia de trabalho e austeridade, o resto seria balela, conversa fiada e demagogia. Qualquer manobra política que viesse perturbar esse objetivo central deveria ser condenada e golpeada antes que se espalhasse pelo país.

Há de se convir que esse jornal ao tecer elogios a algumas ações de João Goulart em discussões anteriores, não o fizera porque simpatizava com a sua política, visto que a partir do momento que esse presidente partiu para uma luta mais intensa em prol das reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, o jornal mudou o teor do seu discurso, delegando ao presidente o papel de demagogo e comunista.

Cumprido salientar que o posicionamento contrário da *Folha* em relação a Reforma Agrária, se acentuou após o comício da Central do Brasil no qual Goulart assinou decreto que “declarava sujeitas à desapropriação as propriedades agrícolas superiores a 500 hectares marginais de vias federais e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e de outras obras de irrigação financiadas pelo governo.” (GORENDER, 2004)

No dia seguinte a esse comício, a *Folha* publicou editorial intitulado *Jango surpreende o país: refinarias encampadas*, fazendo críticas ao discurso de Leonel Brizola,

que no comício, colocava a necessidade de formação de um congresso popular, integrado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas como a única saída para o impasse em que se encontrava o país. A manifestação do dia 13 foi apresentada pelo jornal como espaço público escolhido pelo governo federal para proclamar a falência das instituições e para pregar, pela boca de alguns de seus líderes, soluções subversivas como o fechamento do Congresso.

A *Folha de S. Paulo* interpretou a campanha de Goulart em prol das reformas, como um instrumento através do qual o presidente eliminaria o Congresso Nacional e atacaria a Constituição. As reformas propostas por Jango, mesmo após o golpe militar de 1964, continuaram sendo vistas por esse periódico como bandeira de agitação e meio de subverter a ordem instituída:

*(...) se existem meios para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, porque se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E porque se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E porque passou a atacá-la exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro poder? (Em defesa da lei, Folha de S. Paulo, 02 abr. 1964)*

Através do discurso de que não fora contra as reformas, mas sim contra a forma de Goulart lidar com elas, a *Folha* tentou amenizar o seu posicionamento naqueles momentos. Os editoriais, a exemplo do supracitado, defendem a adoção de outros meios para realizar as mudanças, mas não sugerem soluções.

### Referências bibliográficas:

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/Ed. UnB, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena e MOTTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KUSHINIR, Beatriz. **Cães de guarda-jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VILLA, Marco Antonio: **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.